



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

30/06/2016 ATÉ 30/06/2016



INDÍCE

| | | |
|---|---|-------|
| 1 | CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS | |
| | 1.1 SITE O MARANHENSE..... | 1 |
| 2 | COMARCAS | |
| | 2.1 BLOG DO FOGUINHO..... | 2 |
| 3 | CORREIÇÕES | |
| | 3.1 SITE JORNAL PEQUENO..... | 3 |
| 4 | DECISÕES | |
| | 4.1 BLOG DANIEL MATOS..... | 4 |
| | 4.2 BLOG DO NETO FERREIRA | 5 |
| | 4.3 BLOG GENIVALDO ABREU..... | 6 |
| | 4.4 SITE JORNAL PEQUENO..... | 7 |
| 5 | JUIZADOS ESPECIAIS | |
| | 5.1 BLOG GILBERTO LEDA..... | 8 |
| 6 | JUÍZES | |
| | 6.1 BLOG MARDEN RAMALHO..... | 9 |
| | 6.2 PORTAL GADITAS..... | 10 |
| 7 | PRESIDÊNCIA | |
| | 7.1 BLOG ATUAL 7..... | 11 12 |
| | 7.2 BLOG DA KELLY..... | 13 |
| 8 | SINDJUS | |
| | 8.1 BLOG DUDU COSTA..... | 14 |
| | 8.2 BLOG GILBERTO LEDA..... | 15 |
| 9 | VARA CRIMINAL | |
| | 9.1 IMIRANTE.COM..... | 16 |
| | 9.2 SITE JORNAL PEQUENO..... | 17 |

Decisão do CNJ causa tremor no Poder Judiciário do Maranhão

30/06/2016 10:25:32

Uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) causou um verdadeiro alvoroço no Palácio Clóvis Beviláqua, sede administrativa do Poder Judiciário do Maranhão. Na terça-feira 28, o CNJ determinou o afastamento do presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Washington Luiz Damasceno Freitas, sob a acusação de que ele estaria utilizando-se do cargo para influenciar o sistema político e beneficiar sua família. Seguindo o voto da corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi, os conselheiros decidiram ainda pela abertura de processo administrativo disciplinar (PAD) contra o magistrado alagoano.

A partir de sua notificação da abertura de três PADs, Washington Luiz ficará afastado tanto da presidência do TJ-AL como de sua jurisdição enquanto desembargador até que os três processos sejam concluídos.

Os conselheiros do CNJ entenderam haver indícios de que o magistrado teria usado de seu cargo para favorecer e proteger Antônio de Araújo Barros, prefeito do município de Joaquim Gomes, a 63 km de Maceió. Segundo Nancy, o presidente do TJ-AL teria atuado em favor de Barros como forma de assegurar apoio político ao seu irmão Inácio Loiola Damasceno Freitas (PSB), que é deputado estadual.

Lá e cá

Apesar do caso ter sido contra um membro do Poder Judiciário de Alagoas, o tremor no Maranhão se deu por conta do presidente do TJ-MA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, [ter sido recentemente denunciado ao CNJ por suposta prática do mesmo tipo de crime](#), isto é, supostamente favorecendo e protegendo os chefes do Poder Executivo e Legislativo estadual, respectivamente, Flávio Dino (PCdoB) e Humberto Coutinho (PDT), em troca de apoio político ao seu irmão, o prefeito do município de Tuntum, Cleomar Tema (PSB).

O [caso também foi denunciado à Procuradoria Geral da República \(PGR\)](#), comandada por Rodrigo Janot.

As denúncias ao CNJ e à PRG, inclusive, podem ter sido o motivo que levou Cleones Cunha a declarar-se suspeito de julgar recurso impetrado pela Assembleia Legislativa do Maranhão contra a decisão do juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, obrigando a AL-MA a entregar a relação completa de todos os deputados e servidores lotados na Casa, com seus respectivos vencimentos e lotação.

A canetada de Cunha era dada com certa dos dois palácios do Poder, por o magistrado já ter livrado, dias antes, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) de cumprir a mesma determinação.

Como, após a declaração de suspeição de Cunha, o [recurso da AL-MA foi para nas mãos da vice-presidente do](#)

[TJ-MA, Maria das Graças Duarte](#), e a magistrada sentou sobre ele, gerando uma insegurança jurídica, entidades da sociedade civil organizada se preparam agora para denunciar a magistrada também no CNJ e na PRG. As denúncias terão com base, dentre outras suspeitas levantadas, uma nota divulgada pelo presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Maranhão (AMMA), Gervásio Protásio, em que insinua possíveis interesses pessoais da magistrada ao intimidar e desrespeita as garantias funcionais do juiz Marcelo Moraes Rego de Souza. O juiz é autor da decisão que havia afastado do cargo o prefeito de São João Batista, Amarildo Primeiro, [por suspeitas de escamoteio de dinheiro público](#).

Na Nota de Desagravo da AMMA, Protásio diz que "as decisões judiciais são passíveis de recurso, caso se discorde de determinação nela contida", e alerta: "[Esse é o caminho natural e democrático para guiar o inconformismo da parte contrariada em seus interesses](#)".

Expulsão de editor do ATUAL7 por seguranças da AL-MA repercute na imprensa

30/06/2016 13:20:28

O atentado a liberdade de imprensa e de informação contra o editor do ATUAL7, Yuri Almeida, ocorrido no setor de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão repercutiu na imprensa maranhense.

Pelo menos parte dela.

Na segunda-feira 28, o blogueiro foi expulso do RH da AL-MA, durante investigação sobre a existência de funcionários da fantasmas na Casa. Almeida averiguava a informação de que a diretora-ajunta do setor, Luana Saboia Almeida, embolsa quase R\$ 10 mil mensalmente sem precisar pisar no local de trabalho, quando foi expulso do local por seguranças da AL-MA. Luana é filha do juiz Luiz Gonzaga de Almeida Filho.

Diversos blogs e portais de todo o Maranhão repercutiram a notícia, alguns prestando solidariedade a Yuri Almeida, e revelando ainda que também são vítimas das mesmas atitudes coronelistas sofrida pelo blogueiro durante a produção da reportagem.

A repercussão foi feita, até a publicação desta matéria, pelo [Blog do Linhares Júnior](#), [Blog da Kelly](#), [Correio Buritiense](#), [SJ Notícias MA](#), [Blog do Sabá](#), [Ilha Rebelde 1969](#), [Maranhão News](#), [Neto Web](#) e [Robert Lobato](#).

Fantasmas

Apesar de, recentemente, diversos jornalistas se unirem em torno da defesa do profissionalismo da imprensa maranhense, após publicações de imagens do suicídio de uma jovem, esses mesmos jornalistas profissionais e alguns outros blogueiros conhecidos em todo o Maranhão se ausentaram de omitir qualquer opinião sobre o atentado contra a liberdade de imprensa e de informação sofrida por Almeida.

Não há ainda certeza, mas pelo que apura o ATUAL7 parte esmagadora de jornalistas e blogueiros decidiram não se manifestar sobre o atentado contra a profissão deles próprios justamente por se enquadrarem na serie de reportagem que motivou o abuso de autoridade por parte do Major Diógenes e Sargento Vasconcelos contra Yuri Almeida: suspeita de serem funcionários fantasmas.

Ocorre que, apesar de visitarem a Casa do Povo e repercutirem em seus sites, blogs, programas de rádio e de TV, esses profissionais não produzem absolutamente qualquer matéria ou reportagem para a Comunicação ou para a Presidência do Poder Legislativo estadual, o que os torna funcionários fantasmas. Pela legislação, a divulgação de matérias em veículos de comunicação deve ser feita, quando de maneira paga, por meio de uma agência de publicidade ou de imprensa contratada exclusivamente para este fim. Cabe à agência, neste caso, contratar os profissionais, seguindo critérios decididos em contrato com o poder públicos.

Até agora, pelo menos 10 profissionais da comunicação maranhense já foram identificados em situação ilegal, em levantamento feito pelo ATUAL7 na lista fornecida pela Assembleia ao Poder Judiciário, após ser acionada judicialmente a cumprir tal determinação. Todos com altos salários. A relação de nomes, porém, pode ser bem maior, e será publicada pelo ATUAL7 nos próximos dias, após a confirmação de outros envolvidos na irregularidade.

Seguranças da AL-MA expulsam editor do ATUAL7 durante investigação de fantasmas

28/06/2016 00:00:00

O editor do ATUAL7, Yuri Almeida, foi expulso da sala de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, na tarde desta segunda-feira 27, durante investigação sobre a existência de fantasmas na Casa. A ação foi feita por seguranças da AL-MA, que foram chamados para abordar o blogueiro ainda dentro do setor.

Almeida aguardava atendimento por parte do diretor-geral do RH da Assembleia Legislativa, Eduardo Pinheiro Ribeiro, sobre a sua adjunta no RH, a advogada Luana Saboia Almeida. Nomeada na Casa, na gestão do presidente Humberto Coutinho (PDT), desde fevereiro do ano passado, [Luana recebe quase R\\$ 10 mil por mês sem precisar ir trabalhar](#). Ela é filha do desembargador Luiz Gonzaga de Almeida Filho.

Há cerca de um mês, o ATUAL7 vem revelando quem são os fantasmas da AL-MA e como a Casa vem manobrando para ser desobrigada de [fornecer à Justiça a relação completa de todos os deputados estaduais e servidores](#) (efetivos, comissionados, contratados e requisitados) lotados na Casa, com indicação de cargo, remuneração do mês de maio deste ano (inclusive verba de gabinete e eventuais vantagens) e lotação.

Atentado à Liberdade de Imprensa e Informação

Ao chegar na sala do RH, o editor do ATUAL7 identificou-se, informou que estava produzindo uma reportagem sobre os fantasmas da AL-MA, e pediu para falar com Luana Saboia Almeida, por ela ter sido apontada como uma das centenas de funcionárias fantasmas da Assembleia Legislativa. A atendente, identificada apenas como Alice, inicialmente disse que não poderia dar nenhuma informação a respeito de servidores, mas logo depois mudou a versão e informou que havia uma Luana trabalhando no setor, mas não soube informar quem era, que horas pode ser encontrada e nem o que faz.

Um outra pessoa do RH, não identificada, foi chamada. Esta, porém, afirmou que não daria qualquer informação até saber quem estava passando informações sobre a existência de fantasmas na AL-MA. Alertada de que estava negando informações públicas, ela informou que iria chamar o diretor do RH, e que somente ele poderia passar as informações solicitadas.

Minutos depois de espera, dois seguranças da Casa, identificados como Major Diógenes Azevedo (foto acima) e Sargento Vasconcelos, acompanhados de uma segurança ainda não identificada, chegaram na sala perguntando "quem era". O editor do ATUAL7 foi então apontado pelas duas pessoas do RH, e ordenado pelo Major Diógenes e pelo Sargento Vasconcelos a se retirar do local. Ao questionar o porque da ordem e quem a havia determinado, o Major Diógenes respondeu que o blogueiro não poderia chegar no RH fazendo

"aquele tipo de pergunta" e que só poderia entrar na AL-MA após se identificar no setor de Segurança. Os seguranças passaram então ameaçar o blogueiro para que saísse do local, do contrário seria retirado a força.

Ciente do atentado grave contra a liberdade de imprensa e de informação, Yuri Almeida avisou aos seguranças que eles estavam agindo em abuso de autoridade, e pediu que eles parecessem de ameaçá-lo e gritar com ele. Alterado, o major Diógenes Azevedo aumentou ainda mais a voz e passou a perguntar se Almeida o estava ameaçando. O blogueiro informou que não era ameaça, mas um pedido para que o respeitasse e não alterasse a voz, pois ele estava no local apenas fazendo o seu trabalho. O major disse que iria continuar falando do mesmo jeito, pois quem dava as ordens ali era ele.

Neste momento, as duas funcionárias do RH informaram a Yuri Almeida que ele não seria atendido pelo diretor-geral do setor e que qualquer informação sobre servidores só poderia ser dada pelo diretor de Comunicação da Assembleia, Carlos Alberto. O major e o sargento, então, obrigaram Almeida a sair da sala, alertando que ele não teria mais porque continuar no local após o diretor Eduardo Pinheiro Ribeiro informar que não iria recebê-lo.

Ação foi registrada por câmeras

Já no corredor que dá acesso ao RH, os seguranças ainda disseram que o blogueiro deveria acompanhá-los, e voltaram a afirmar que Almeida só poderia voltar ao local após autorização do setor de Segurança da Casa. A segurança ainda não identificada disse que para ir ao local seria necessário primeiro protocolar um pedido para, se aceito, autorizar a volta ao local.

O editor do ATUAL7 ainda se identificou, por meio de documentos, aos seguranças, e informou que toda a ação seria denunciada ao presidente do Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa, jornalista Jorge Vieira, inclusive informando os nomes de ambos. O Sargento Vasconcelos apontou então para o crachá funcional e disse que não temia qualquer ação, pois ele era PM.

Toda a ação foi registrada pelas câmeras de segurança do RH e do corredor que dá acesso ao setor, e acompanhada por pelo menos 10 servidores do Recursos Humanos. As imagens das câmeras serão solicitadas.

Yuri Almeida ainda tentou falar com o diretor de Comunicação, Carlos Alberto, sobre o ocorrido. No Complexo de Comunicação da Assembleia, porém, um outro segurança informou que não havia ninguém no local além dele. O editor do ATUAL7, que passou a ser monitorado por todos os seguranças da Casa, ainda tentou falar com o chefe de Segurança da AL-MA, Coronel Marco Antônio Pimentel, porém foi informado por seus subordinados de que o coronel estaria em reunião e que não poderia atendê-lo.

Servidores municipais deflagram greve por tempo indeterminado em Bacuri

30/06/2016 09:10:45

Servidores foram às ruas, mesmo debaixo de chuva, para reivindicar seus direitos

Fica cada vez mais complicada a situação no pequeno município de Bacuri, na Baixada Maranhense. Em todas as esquinas, seja na sede ou zona rural, a indignação da população é latente. Moradores alardeiam que por conta de ações na esfera cível e criminal, o prefeito José Baldoíno da Silva Nery(PP) não vem medindo esforços para manter-se no cargo.

E visando alcançar seus objetivos, vem atrasando o pagamento do funcionalismo e fornecedores em detrimento de um seletivo e restrito grupo de advogados com forte trânsito no Tribunal de Justiça. No mês em curso, de acordo com informações de alguns vereadores, ao invés do dia 20, o repasse ao Legislativo foi feito no dia 22.

Na semana passada, revoltados, mesmo debaixo de chuva, centenas de professores deflagraram greve e fizeram passeata pelas ruas do município, dirigindo-se às sedes do Fórum, Promotoria e Câmara de Vereadores. No entanto, inexplicavelmente, ao que parece, em Bacuri a população continuará abandonada a própria sorte, haja vista que as autoridades constituídas assistem de braços cruzados os mandos e desmandos do prefeito, no auge do seu coronelismo, usurpar o erário público como se dele fosse.

"Todos nós sabemos como esse analfabeto(prefeito) se mantém no poder. Esses advogados, sobrinhos, genros e filhos de desembargadores, juntamente com esse pilantra, estão saqueando os cofres públicos, mas ninguém faz nada, ninguém diz nada. Todo mundo se faz de cego, surdo e mudo. Essa sangria do nosso dinheiro é que faz esse prefeito incompetente e despreparado está no cargo ainda hoje. Essa justiça é uma vergonha", desabafou um professor que, temendo represália, pediu para não ser identificado.

Funcionária exhibe cartaz cobrando regularização do transporte escolar

Na Câmara de Vereadores, assim como no Fórum e sede do MP, os manifestantes pediram apoio. No legislativo, presidente do sindicato dos professores de Bacuri - Elivaldino Mafra, conhecido como Pulesco, ocupou a tribuna e apresentou a pauta de reivindicação, dentre elas, o pagamento dos Servidores em data certa (calendário); repasse das receitas do Sindicato (mensalidades sindicais); servidores em desvio de função; plano de cargos para todos os servidores e terço de férias de 2012, nunca pago, mesmo depois de acordo judicial, e garantiu que a greve será por tempo indeterminado.

Notoriedade

O pequeno município de Bacuri, distante 501.7 km da capital maranhense, ganhou notoriedade nacional em abril de 2014, quando um fatídico acidente no povoado Madragoa, entre as cidade de Bacuri e Apicum Açu, resultou na morte de 08(oito) adolescentes com idade 11 e 17 anos.

Os estudantes, diferentemente do que determina a lei, estavam sendo transportados em uma camionete antiga, conduzida também por um adolescente de apenas 14 anos, que ao fazer uma ultrapassagem colidiu frontalmente com um caminhão.

Desde então, o Ministério Público Estadual ajuizou várias ações contra o prefeito, que vem a todo custo lutando para se manter no cargo. Na ação de Improbidade Administrativa, o MP afirma que " houve fraude no procedimento licitatório(pregão presencial de nº 008/2013) de transporte escolar no município, verificando, sem sobra de dúvida que as partes estão ligadas, tendo agido, deliberadamente, com total aversão ao ordenamento jurídico brasileiro, ferindo princípios basilares da administração pública, como a moralidade, legalidade e impessoalidade, sem deixar de frisar que o gestor público faltou com o dever de bem gerir a coisa pública, efetuando a contratação de serviços por meio de processos licitatórios fraudulentos".

Em outro cartaz, funcionária cobra pagamento das férias de 2012

Ainda no parecer ministerial, dos R\$ 1.092.700,00(um milhão, noventa e dois mil e setecentos reais), valor total da licitação, dita pelo Parquet como fraudulenta, muito embora não tenha prestado qualquer serviço, 10%, ou seja, R\$ 109.270,00(cento e nove mil e duzentos e setenta reais) ficou com o responsável da empresa vencedora, no caso Conservis Construção Comércio Ltda - ME.

Já os outros 90% eram devolvidos aos gestores, mas precisamente ao prefeito Baldoino da Silva Nery e a irmã dele, na época Secretaria de educação - Célia Vitória Neri, atualmente subsecretária do Cerimonial no Executivo Estadual. Além da condenação do prefeito José Baldoino, da irmã dele, Célia Nery(secretária de Educação), o MPE pede a condenação de várias outras pessoas, como Gersen James Correia Chagas(presidente da CPL), Wagno Setúbal de Oliveira(pregoeiro), Maria José dos Santos Azevedo(membro da CPL), Flavia Regina Assunção de Azevedo(secretaria da CPL), Raimundo Nonato Amorim Costa(integrante de apoio da CPL), Andrew Fabrício Ferreira Santos(sócio proprietário da Conservis) e Conservis Construção Comércio e Serviços Ltda - ME.

Com base no art. 12 da lei 8429(enriquecimento ilícito), o MP pugnou pela aplicação de multa, perda do cargo, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público dos denunciados. No entanto, mesmo com o processo estando apto para julgamento há mais de dois meses, sabe-se lá com a conivência de quem, em Bacuri, tudo continua como antes no quartel de Abrantes.

Já na seara criminal, cujo relatoria do feito está a cargo do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, uma audiência acontecerá no próximo dia 14. Vamos aguardar o desenrolar dos fatos.

O post [Servidores municipais deflagram greve por tempo indeterminado em Bacuri](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

Prefeito de Tutóia deve ser reconduzido ao cargo em 48 horas, decide Justiça

28/06/2016 00:00:00

Prefeito Diringa

Em decisão assinada nessa segunda-feira, 27, o titular da Comarca de Tutóia, juiz Rodrigo Otávio Terças Santos, suspendeu o Decreto 02/2016 da Câmara Municipal e do vereador Pedro José da Silva que impôs, na última quarta-feira, 22, o afastamento do prefeito do Município, Raimundo Nonato Abraão Baquil, o Diringa.

O magistrado determinou a recondução de Diringa ao cargo em até 48 horas. O não cumprimento da determinação implica em pena de prisão e responsabilidade, consta do documento.

A decisão atende a Mandado de Segurança impetrado pelo prefeito afastado. No Mandado, o gestor sustenta, entre outras alegações, a de que a deliberação pelo seu (dele) afastamento se deu por maioria simples, ao invés da maioria de 2/3 (dois terços) exigida para a cassação definitiva do cargo.

Ainda segundo o gestor afastado "inexiste amparo legal para o afastamento cautelar do Chefe do Executivo, uma vez que o rito adotado pela Câmara Municipal de Tutóia é o previsto no Decreto Lei 201/1967, que não dispõe, por sua vez, de previsão para afastamento quando do prosseguimento da denúncia".

Com vistas a reforçar o argumento, o prefeito ressalva o disposto na Súmula Vinculante nº 46, do STF, que define com competência privativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

Segundo o gestor, o processo que culminou com o afastamento "contém vícios que ofendem o devido processo legal e o contraditório". Entre as alegações do prefeito, a de nunca ter sido intimado do teor do processo, bem como não ter tido acesso ao procedimento instaurado pela Câmara Municipal, apesar de haver requerido esse acesso.

Mais informações: <http://foguinhomidia.blogspot.com.br/2016/06/prefeito-de-tutoia-deve-ser-reconduzido.html>

Notas da manhã

30/06/2016 08:10:38

Decisão

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a decisão da 1ª Vara da Comarca de Pedreiras, que condenou o Estado do Maranhão a interditar totalmente as celas de custódia de presos das delegacias dos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale.

Também foram mantidas as determinações para que as secretarias de Estado de Segurança Pública e de Justiça e Administração Penitenciária transfiram os eventuais presos das duas delegacias no prazo máximo de 72 horas, contados da notificação da decisão, advertindo-os que não os transfira para o Centro de Detenção de Pedreiras, que teve interdição decretada pela 2ª Vara da comarca.

Sindjus quer impedir presidente do TJ de nomear novos juízes no Maranhão

30/06/2016 11:30:53

Sindjus quer impedir presidente do TJ de nomear novos juízes no Maranhão

[Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão](#)

[O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão \(Sindjus\), protocolou um pedido ontem para que a Justiça determine, ao presidente do Tribunal de Justiça \(TJ\) do Estado, desembargador Cleones Cunha, a suspensão de nomeação e abstenção em dar posse aos novos juízes no estado.](#)

[Na argumentação do Sindjus, se o TJ está atuando acima do limite orçamentário autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas de pessoal e que por esse motivo proibiu por resolução a nomeação de novos servidores concursados, a mesma regra deve valer para a nomeação de novos juízes e ocupantes de cargos comissionados pelo tribunal.](#)

[A ação está nas mãos do juiz de Direito Douglas Melo, que segundo o Sindjus, também tem a opção de convocar uma audiência pública de conciliação entre os interessados.](#)

[A equipe de advogados contratada pelo Sindjus para atuar nesse caso foi a mesma contratada para defender os 21,7% no Supremo Tribunal Federal \(STF\), segundo o presidente do sindicato, Marcio Luis Andrade Souza.](#)

[Ainda não há uma decisão sobre o caso.](#)

Funcionários deflagram greve por tempo indeterminado em Bacuri

29/06/2016 04:00:00

Fica cada vez mais complicada a situação no pequeno município de Bacuri, na Baixada Maranhense. Em todas as esquinas, seja na sede ou zona rural, a indignação da população é latente. Moradores alardeiam que por conta de ações na esfera cível e criminal, o prefeito José Baldoino da Silva Nery(PP) não vem medindo esforços para manter-se no cargo.

E visando alcançar seus objetivos, vem atrasando o pagamento do funcionalismo e fornecedores em detrimento de um seleto e restrito grupo de advogados com forte trânsito no Tribunal de Justiça. No mês em curso, de acordo com informações de alguns vereadores, ao invés do dia 20, o repasse ao Legislativo foi feito no dia 22.

Na semana passada, revoltados, mesmo debaixo de chuva, centenas de professores deflagraram greve e fizeram passeata pelas ruas do município, dirigindo-se às sedes do Fórum, Promotoria e Câmara de Vereadores. No entanto, inexplicavelmente, ao que parece, em Bacuri a população continuará abandonada a própria sorte, haja vista que as autoridades constituídas assistem de braços cruzados os mandos e desmandos do prefeito, no auge do seu coronelismo, usurpar o erário público como se dele fosse.

"Todos nós sabemos como esse analfabeto(prefeito) se mantém no poder. Esses advogados, sobrinhos, genros e filhos de desembargadores, juntamente com esse pilantra, estão saqueando os cofres públicos, mas ninguém faz nada, ninguém diz nada. Todo mundo se faz de cego, surdo e mudo. Essa sangria do nosso dinheiro é que faz esse prefeito incompetente e despreparado está no cargo ainda hoje. Essa justiça é uma vergonha", desabafou um professor que, temendo represália, pediu para não ser identificado.

Na Câmara de Vereadores, assim como no Fórum e sede do MP, os manifestantes pediram

apoio. No legislativo, presidente do sindicato dos professores de Bacuri - Elivaldino Mafra, conhecido como Pulesco, ocupou a tribunal e apresentou a pauta de reivindicação, dentre elas, o pagamento dos Servidores em data certa (Calendário);

repassa das receitas do Sindicato (mensalidades sindicais); servidores em desvio de função; plano de cargos para todos os servidores e terço de férias de 2012, nunca pago, mesmo depois de acordo judicial, e garantiu que a greve será por tempo indeterminado.

NOTORIEDADE

O pequeno município de Bacuri, distante 501.7 km da capital maranhense, ganhou notoriedade nacional em abril de 2014, quando um fatídico acidente no povoado Madragoa, entre as cidade de Bacuri e Apicum Açú, resultou na morte de 08(oito) adolescentes com idade 11 e 17 anos.

Os estudantes, diferentemente do que determina a lei, estavam sendo transportados em uma camionete antiga, conduzida também por um adolescente de apenas 14 anos, que ao fazer uma ultrapassagem colidiu frontalmente com um caminhão.

Desde então, o Ministério Público Estadual ajuizou várias ações contra o prefeito, que vem a todo custo lutando para se manter no cargo. Na ação de Improbidade Administrativa, o MP afirma que " houve fraude no procedimento licitatório(pregão presencial de nº 008/2013) de transporte escolar no município, verificando, sem sobra de dúvida que as partes estão ligadas, tendo agido, deliberadamente, com total aversão ao ordenamento jurídico brasileiro, ferindo princípios basilares da administração pública, como a moralidade, legalidade e impessoalidade, sem deixar de frisar que o gestor público faltou com o dever de bem gerir a coisa pública, efetuando a contratação de serviços por meio de processos licitatórios fraudulentos".

Ainda no parecer ministerial, dos R\$ 1.092.700,00(um milhão, noventa e dois mil e setecentos reais), valor total da licitação, dita pelo Parquet como fraudulenta, muito embora

não tenha prestado qualquer serviço, 10%, ou seja, R\$ 109.270,00(cento e nove mil e duzentos e setenta reais) ficou com o responsável da empresa vencedora, no caso Conservis Construção Comércio Ltda - ME.

Já os outros 90% eram devolvidos aos gestores, mas precisamente ao prefeito Balduino da Silva Nery e a irmã dele, na época Secretária de educação - Célia Vitória Neri, atualmente subsecretária do Cerimonial no Executivo Estadual. Além da condenação do prefeito José Balduino, da irmã dele, Célia Nery(secretária de Educação), o MPE pede a condenação de várias outras pessoas, como Gersen James Correia Chagas(presidente da CPL), Wagno Setúbal de Oliveira(pregoeiro), Maria José dos Santos Azevedo(membro da CPL), Flavia Regina Assunção de Azevedo(secretaria da CPL), Raimundo Nonato Amorim Costa(integrante de apoio da CPL), Andrew Fabrício Ferreira Santos(sócio proprietário da Conservis) e Conservis Construção Comércio e Serviços Ltda - ME.

Com base no art. 12 da lei 8429(enriquecimento ilícito), o MP pugnou pela aplicação de multa, perda do cargo, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público dos denunciados. No entanto, mesmo com o processo estando apto para julgamento há mais de dois meses, sabe-se lá com a conivência de quem, em Bacuri, tudo continua como antes no quartel de Abrantes.

Já na seara criminal, cujo relatoria do feito está a cargo do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, uma audiência acontecerá no próximo dia 14. Vamos aguardar o desenrolar dos fatos.

Caseiro de adversário de Dino recebe intimação após criticar governador no WhatsApp

30/06/2016 13:30:25

O caseiro Ivaneude Rodrigues do Santos, que trabalha para o delegado Assis Ramos (PMDB), adversário político do grupo do governador Flávio Dino (PCdoB) e pré-candidato a prefeito na cidade de Imperatriz, foi intimado pela Justiça Estadual num processo criminal movido pelo comunista.

Dino processa Ivaneude por causa de críticas feitas pelo caseiro no aplicativo de troca de mensagens instantâneas, WhatsApp.

Ele deverá comparecer à audiência preliminar, que será realizada na Sala de Audiências do Juizado, no dia 2 de agosto deste ano.

A ação tramita no Juizado Especial Criminal de Imperatriz.

Assis Ramos, o "chefe" de Ivaneude Rodrigues dos Santos, apareceu na segunda colocação, na pesquisa Escutec de intenções de votos divulgada no fim de maio, sob o registro 00836/2016, nos cenários estimulado e espontâneo. Ele perde apenas para o ex-prefeito Ildon Marques (PSB), que é quem lidera a corrida eleitoral.

Sindjus quer impedir presidente do TJ de nomear novos juízes no Maranhão

30/06/2016 11:30:53

Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus), protocolou um pedido ontem para que a Justiça determine, ao presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, desembargador Cleones Cunha, a suspensão de nomeação e abstenção em dar posse aos novos juízes no estado.

Na argumentação do Sindjus, se o TJ está atuando acima do limite orçamentário autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas de pessoal e que por esse motivo proibiu por resolução a nomeação de novos servidores concursados, a mesma regra deve valer para a nomeação de novos juízes e ocupantes de cargos comissionados pelo tribunal.

A ação está nas mãos do juiz de Direito Douglas Melo, que segundo o Sindjus, também tem a opção de convocar uma audiência pública de conciliação entre os interessados.

A equipe de advogados contratada pelo Sindjus para atuar nesse caso foi a mesma contratada para defender os 21,7% no Supremo Tribunal Federal (STF), segundo o presidente do sindicato, Marcio Luis Andrade Souza.

Ainda não há uma decisão sobre o caso.

Em defesa do Direito do Trabalho, manifesto tem mais de 1.500 adesões

28/06/2016 04:00:00

Trabalho resiste aos ataques do Capital

Mais de 1.500 magistrados do Trabalho, associados à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, em apenas uma semana, manifestaram, formalmente via e-mail à Presidência da entidade, adesão ao **"Documento em Defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil"**, elaborado e assinado por 20 ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Entre os apoiadores do documento estão treze ex-presidentes da Anamatra, todos os atuais membros da diretoria, os 24 presidentes das Associações Regionais de Magistrados do Trabalho (Amatras), além de ministros do TST aposentados, diversos desembargadores, corregedores e do presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor), desembargador Lorival Santos.

O texto ressalta a característica do Direito do Trabalho enquanto direito fundamental e alerta para os discursos, crescentes em época de crise, em defesa da desregulamentação dos direitos trabalhistas, da redução de benefícios sociais, da terceirização e da mitigação da responsabilidade social das empresas.

Para os ministros signatários, o caminho em defesa dos direitos sociais trabalhistas é irrenunciável. "Agredir o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho é desproteger mais de 45 milhões de trabalhadores, vilipendiar cerca de dez milhões de desempregados, fechar os olhos para milhões de mutilados e revelar-se indiferente à população de trabalhadores e também de empregadores que acreditam na força da legislação trabalhista e em seu papel constitucional para o desenvolvimento do Brasil", alertam.

Na avaliação do presidente da Anamatra, Germano Siqueira, a massiva adesão ao documento é simbólica e marca a posição majoritária da Magistratura do Trabalho em defesa dos direitos sociais. "Qualquer outro discurso contrário a isso é inoportuno e representa grave ameaça aos alicerces e a um mercado civilizado e justo para todos. Toda e qualquer proposta de reforma deve observar a Constituição Federal, que prevê a construção progressiva de novos direitos no intuito de melhorar a condição social do trabalhador e não de reduzir as suas conquistas históricas e fundamentais", explica.

Novas adesões

O "Documento em Defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil" continua aberto a novas adesões de juizes de todos os ramos do Poder Judiciário, membros de outras carreiras, instituições, acadêmicos, entidades da sociedade civil e outros interessados.

Para fazê-lo, basta encaminhar e-mail para presidencia@anamatra.org.br, informando nome, cargo e instituição.

Fonte: Anamatra

Tribunal do Júri de São Luís julga 38 réus em julho

DIVULGAÇÃO/CGJ-MA

30/06/2016 às 14h44

As sessões são abertas ao público e ocorrem nos salões do 1º andar do fórum.

No mês, serão julgados 38 acusados de homicídio, nas quatro varas do Tribunal de Júri de São Luís. -
Reprodução/Internet

SÃO LUÍS - Com o julgamento de Paulo Sérgio Sousa nesta sexta-feira (1º), às 8h30, no Fórum Des. Sarney Costa, começam as sessões de júri popular de julho. No mês, serão julgados 38 acusados de homicídio, nas quatro varas do Tribunal de Júri de São Luís. As sessões são abertas ao público e ocorrem nos salões, localizados no 1º andar do fórum (Calhau).

Além de Paulo Sérgio Sousa, também serão julgados pela 3ª Vara do Júri em julho, João Walter Pacheco Marinho (dia 4); Luís Eduardo Pinheiro Silva (6), Márcio Aurélio Pinheiro Dias (10), Jademilson Correia (11), Diego Fernando Ribeiro da Silva (13), Antônio José Medeiros Mascarenhas (15), Jean Rodrigo da Silva Sousa e Juan Carlos Pereira Pinto (18), Nilton César Ferreira de Oliveira e Luís César Rodrigues (20), Janilson de Araújo Melo (22), Carlos Somagno Cantanhede Pereira e Rogério Pereira Alves (25) e Erivan Mendes (27).

Já no 1º Tribunal do Júri sentarão no banco os réus Ivaldo Diniz Barros (dia 4), Eduilson Alves Sousa (06), Kleber Alberto Rocha da Silva (8), Isac Matos do Carmo (11), Jailson Pereira dos Santos (13) e Jadson Rosa Câmara (25).

Na 2ª Vara as sessões de júri começam nesta segunda-feira (4), com o julgamento de Paulo Vitor dos Reis. Também serão julgados Antônio Almeida Melo (dia 6), Luciano Laune de Oliveira (8), Geilson Gomes (12), Jorge de Oliveira (14), Mário Vinícius Mendes Gonçalves (18), Taylson César Silva Costa (20) e Fábio Júnior Sá Mendonça (22).

Também nesta segunda-feira (4), começam as sessões de julgamento do mês de julho, no 4º Tribunal do Júri, quando sentará no banco dos réus Wagner Francisco de Barros Meneses. Serão julgados ainda Nielson Meireles Correa (dia 6), Marlon Calton Silva Azevedo (11), Carlos Alberto Silva (13), João Oliveira Sousa Filho (18), Robson Façanha dos Reis (20), Edson Sousa Aguiar (25), Orlando Cunha e Vagner Martins Moraes (27)

Imagem do dia: Reconhecimento que vem de longe?

29/06/2016 22:49:09

"Era uma gigante que durante, se não me falha a memória mais de duas décadas contribuiu para a melhoria e o aperfeiçoamento da educação de base de toda região do grande munim, legado este, que ficará eternizado e sobretudo materializado naqueles que tiveram o privilégio de absorver os seus ensinamentos na diuturnidade das suas memoráveis aulas dadas de bom grado e sempre de coração aberto. Então por isto devo dispensar esta atenção neste momento de partida para o cenário do além, sem contudo conseguir levar tudo aquilo que construiu. Tenho certeza pela criatura humana desapegada de outros interesses que não o exercício de sua atividade de distribuir ensinamentos, será eternizado como poucos e por isso te faço essa homenagem em meu nome e de minha família que agradece mto também por ter ajudado a educar meu filho e netos. Vá com Deus Cléber, na certeza de que o seu legado jamais será esquecido".

Dr. José Afonso Bezerra de Lima, ex-juiz de direito da Comarca de Coelho Neto, atualmente residindo em São Luís

Comarca de Sucupira do Norte inicia correção geral extraordinária na próxima segunda, 04

30/06/2016 12:31:49

Tem início, na próxima segunda-feira, 04, Correção Geral Extraordinária promovida pela Comarca de Sucupira do Norte. Os trabalhos estão marcados para iniciar às 14h, na sala de audiência do Fórum da unidade. O encerramento da ação está designado para o dia 22 de julho, às 18h, "com possibilidade de prorrogação por, no máximo, mais cinco dias".

Fórum de Sucupira do Norte - MA

As informações constam da Portaria 014/2016, assinada pelo juiz Nelson Luiz Dias Dourado Araújo, titular da Comarca.

Durante a ação, serão correccionados os 698 processos, entre cíveis e penais, em tramitação na Comarca.

Justiça mantém decisão de mandar interditar celas de Pedreiras e Trizidela do Vale

30/06/2016 12:27:40

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a decisão da 1ª Vara da Comarca de Pedreiras, que condenou o Estado do Maranhão a interditar totalmente as celas de custódia de presos das delegacias dos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale.

O desembargador Ricardo Duailibe foi o relator do processo (Foto: Ribamar Pinheiro)

Também foram mantidas as determinações para que as secretarias de Estado de Segurança Pública e de Justiça e Administração Penitenciária transfiram os eventuais presos das duas delegacias no prazo máximo de 72 horas, contados da notificação da decisão, advertindo-os que não os transfira para o Centro de Detenção de Pedreiras, que teve interdição decretada pela 2ª Vara da comarca.

Por fim, o órgão colegiado do Tribunal manteve a determinação para que o Estado conclua a reforma, ampliação ou construção das delegacias dos dois municípios, no prazo máximo de 120 dias, adequando-as às normas, bem como a construção do novo centro de detenção provisória de Pedreiras, cuja licitação já foi realizada.

A única alteração feita pela 5ª Câmara Cível do TJMA na decisão de primeira instância foi em relação ao valor da multa diária, em caso de descumprimento, reduzindo-a de R\$ 10 mil para R\$ 1 mil, limitada à quantia de R\$ 100 mil, como forma de garantia da execução de todas as determinações.

O desembargador Ricardo Duailibe (relator) destacou que a segurança pública encontra amparo constitucional, definida como dever do Estado, tratando-se de prestação de serviço essencial e, portanto, indispensável. Frisou que, se o Estado não tomou as medidas necessárias a sua execução, de forma voluntária, cabe ao Judiciário compeli-lo a fazer. Citou precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF).

O relator disse que a sentença contra a qual recorreu o Estado tem o objetivo de preservar o exercício do direito à segurança pública, com a consequente valorização da cidadania e da dignidade da pessoa humana, garantindo a vedação de tratamento desumano e degradante, bem como de penas cruéis aos presos.

De acordo com documentos constantes nos autos, a partir de inspeção feita nas instalações pela Vigilância Sanitária, foi observada situação degradante e insalubre nas duas delegacias.

Duailibe explicou que não há que se falar em aplicação dos princípios da separação dos poderes e da reserva do possível quando o Judiciário determina ao Estado a realização de providências necessárias à efetiva segurança pública da municipalidade, em respeito aos direitos fundamentais, culposamente esquecidos pelo Poder Público.

O desembargador José de Ribamar Castro e o juiz Aureliano Neto, convocado para compor quórum, também deram provimento parcial à apelação do Estado. Eles concordaram com o voto do relator, que alterou apenas o valor da multa em caso de descumprimento.(Processo nº 597582014)

(TJMA)

Tribunal do Júri de São Luís julga 38 réus em julho

Com o julgamento de Paulo Sérgio Sousa nesta sexta-feira (1º), às 8h30, no Fórum Des. Sarney Costa, começam as sessões de júri popular de julho. No mês, serão julgados 38 acusados de homicídio, nas quatro varas do Tribunal de Júri de São Luís. As sessões são abertas ao público e ocorrem nos salões, localizados no 1º andar do fórum (Calhau).

Fórum de São Luís.

Além de Paulo Sérgio Sousa, também serão julgados pela 3ª Vara do Júri em julho, João Walter Pacheco Marinho (dia 04); Luis Eduardo Pinheiro Silva (06), Márcio Aurélio Pinheiro Dias (10), Jademilson Correia (11), Diego Fernando Ribeiro da Silva (13), Antônio José Medeiros Mascarenhas (15), Jean Rodrigo da Silva Sousa e Juan Carlos Pereira Pinto (18), Nilton César Ferreira de Oliveira e Luís César Rodrigues (20), Janilson de Araújo Melo (22), Carlos Somagno Cantanhede Pereira e Rogério Pereira Alves (25) e Erivan Mendes (27).

Já no 1º Tribunal do Júri sentarão no banco os réus Ivaldo Diniz Barros (dia 04), Eduilson Alves Sousa (06), Kleber Alberto Rocha da Silva (08), Isac Matos do Carmo (11), Jailson Pereira dos Santos (13) e Jadson Rosa Câmara (25).

Na 2ª Vara as sessões de júri começam nesta segunda-feira (04), com o julgamento de Paulo Vitor dos Reis. Também serão julgados Antônio Almeida Melo (dia 06), Luciano Laune de Oliveira (08), Geilson Gomes (12), Jorge de Oliveira (14), Mário Vinícius Mendes Gonçalves (18), Taylson César Silva Costa (20) e Fábio Júnior Sá Mendonça (22).

Também nesta segunda-feira (04), começam as sessões de julgamento do mês de julho, no 4º Tribunal do Júri, quando sentará no banco dos réus Wagner Francisco de Barros Meneses. Serão julgados ainda Nielson Meireles Correa (dia 06), Marlon Calton Silva Azevedo (11), Carlos Alberto Silva (13), João Oliveira Sousa Filho (18), Robson Façanha dos Reis (20), Edson Sousa Aguiar (25), Orlando Cunha e Vagner Martins Moraes (27).

TVN renegocia dívidas com usuários

29/06/2016 09:40:19

Todos os usuários da TVN que estiverem com parcelas em aberto, podem aproveitar o evento "II Balcão de Renegociação de Dívidas" para quitar suas dívidas com a empresa, e aproveitar as condições especiais.

O evento é promovido pelo TJ-MA e está acontecendo no Centro de Convenções do SEBRAE até a próxima sexta - feira (01.07), diariamente das 08H às 18H.

As equipes da TVN estão de plantão no local para atender os usuários, incluindo esse feriado de São Pedro (29.06).

POSTLINK%%